



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760
 Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1000494-37.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Denilson Rodrigues de Lima**
 Requerido: **Itapeva II Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Créditorios não Padronizados e outro**

Justiça Gratuita

DENILSON RODRIGUES DE LIMA ajuizou ação contra **ITAPEVA II MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CRÉDITORIOS NÃO PADRONIZADOS** e **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A**, alegando ter sido surpreendido com a informação de apreensão de um veículo registrado em seu nome e também com a cobrança de dívida de suposto financiamento, com anotação de seu nome em cadastro de devedores, embora não tenha adquirido tal veículo nem contraído tal dívida. Pediu a exclusão do registro negativo, indenização por dano moral e a condenação das rés a promoverem a transferência do bem e a pagarem os débitos.

Deferiu-se em parte a tutela de urgência, fls. 24.

As rés foram citadas e contestaram, fls. 45/71, afirmando a existência de relação jurídica contratual em torno do financiamento, justificando a anotação de dívida, cogitando excludente de responsabilidade.

Manifestou-se o autor, fls. 88/90.

Despacho com determinação ao autor e à ré, fls. 91, tendo o autor se manifestado, fls. 94/95.

Despacho solicitando esclarecimento do autor, fls. 98, que manifestou-se, fls.

1000494-37.2016.8.26.0566 - lauda 1



P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760
 Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

99/100.

É o relatório.

Fundamento e decido.

As contestantes não deduziram o incidente adequado, de impugnação ao benefício da Justiça Gratuita, que aqui não será conhecido (fls. 45).

Dispensável a produção de outras provas, pois os fatos estão cabalmente demonstrados.

Itavepa Multicarteira tem legitimidade passiva, pois responsável pela inserção cadastral.

O nome do autor foi incluído em cadastro de devedores em razão de suposto contrato de financiamento (18).

A dívida seria decorrente de financiamento do preço de um veículo, sobre o qual inclusive pendem encargos perante o fisco estadual (fls. 21/23).

O autor, porém, negou a contratação de financiamento e a aquisição do bem.

Segundo as contestantes, o autor não fez qualquer prova quanto aos fatos alegados (fls. 45). Sucede que o autor negou ter contratado o financiamento do veículo e também a propriedade, pelo que a regra legal impõe a elas a prova do fato positivo, qual seja, a concessão do financiamento ao autor.

A esse propósito, foram as rés intimadas, fls. 91, a apresentarem o contrato de financiamento que originou o débito discutido nestes autos, entretanto silenciaram, fls. 97.

Conclui-se, portanto, que de fato o autor não contratou, e foi, isso sim, vítima de fraude perpetrada por terceiros, com a facilitação do dano decorrente da falha na prestação dos serviços bancários, no atinente a segurança, o que atrai a responsabilidade das rés, solidária, no mercado de consumo – arts. 7º, § único, 14, 25, § 1º, todos do Código de Defesa do Consumidor.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Nesse sentido, a Súm. 479 do Superior Tribunal de Justiça: "As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias."

Consequentemente, devem ser acolhidos os pedidos de exclusão do nome do autor dos órgãos restritivos, confirmando-se a tutela antecipada, e de ressarcimento ao autor de todos os débitos pagos pelos autor, em relação ao referido automóvel.

Acolhe-se, ainda, o pedido de condenação das rés na obrigação de promoverem junto aos órgãos administrativos todos os atos necessários para que o veículo seja retirado do nome do autor, vez que as rés deram causa ao imbróglio e devem engagar-se na solução do problema causado ao autor.

Quanto à indenização por dano moral, observamos que o autor possui outras negativas, inclusive preexistentes, promovidas por "CGMP", BANCO CSF, conforme fls. 61/62.

Ocorre que o autor trouxe, às fls. 94/95, todos os dados necessários a demonstrar que está discutindo judicialmente as demais anotações em seu nome, o que corrobora sua afirmação de que são anotações também ilegítimas.

Saliente-se que as rés foram intimadas a manifestar-se sobre tal fato, e silenciaram, devendo arcar com o ônus decorrente de sua omissão.

Admite-se, pois, que as negativas preexistentes são também ilegítimas, o que afasta a aplicação da Súm. 385 do Superior Tribunal de Justiça.

Sendo assim, é de rigor a indenização, porquanto na hipótese específica de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, firmou-se jurisprudência no sentido de que o dano moral se configura in re ipsa, prescindindo de prova (STJ: AgRg no AREsp 628.620/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, 3ªT, j. 16/04/2015;

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

AgRg no AREsp 501.533/DF, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ªT, j. 27/05/2014; REsp 1059663/MS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, 3ªT, j. 02/12/2008).

No tocante à indenização, critérios de equidade, razoabilidade e proporcionalidade, em conformidade com os parâmetros judiciais, considerado o transtorno suportado pelo autor com as diversas notificações alusivas ao veículo, é arbitrada em R\$ 15.000,00.

Diante do exposto, acolho o pedido e (a) confirmada a liminar, determino a exclusão definitiva das negativações promovidas pelas rés contra o autor, em relação ao contrato 10904660, e condeno as rés na obrigação solidária de absterem-se de promover a inclusão do nome do autor nos órgãos restritivos, com fundamento no contrato 10904660, sob pena de multa diária de R\$ 200,00 (c) condeno as rés na obrigação solidária de promoverem junto aos órgãos administrativos competentes todos os atos necessários para a retirada do veículo Fiat/Uno Way 1.0, 2012, Placa FEH-2882, Campinas – SP, RENAVAM 473866003, do nome do autor (d) condeno as rés na obrigação solidária de ressarcirem ao autor todas as despesas por este desembolsadas relativas a débitos ligados ao veículo acima identificado, enquanto o veículo continuar no nome do autor, com atualização monetária pela tabela do TJSP desde cada pagamento e juros moratórios de 1º ao mês desde a citação; o cumprimento deste capítulo da sentença depende da prova de cada pagamento (e) condeno as rés na obrigação solidária de pagarem ao autor R\$ 15.000,00 a título de indenização por danos morais, com atualização monetária pela tabela do TJSP desde cada pagamento e juros moratórios de 1º ao mês desde a negativação em 25.07.12.

Condeno as rés ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação.

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Extraia-se cópia desda sentença e encaminhe-se ao Detran/SP e à Fazenda Pública do Estado de São Paulo, para conhecimento a propósito da fraude de que foi vítima o autor **DENILSON RODRIGUES DE LIMA**, que não é o efetivo proprietário do veículo Fiat/Uno Way 1.0, 2012, Placa FEH-2882, Campinas – SP, RENAVAM 473866003 – pois foi vítima de fraude praticada por terceiros que contrataram em seu nome -, a fim de que tais entidades adotem, no âmbito administrativo, as medidas que reputarem pertinentes.

P.R.I.C.

São Carlos, 23 de março de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA